

Considerando que o artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), na sua redação atual, determina que o Orçamento do Estado abrange os orçamentos do subsetor da administração central, incluindo os serviços e organismos que não dispõem de autonomia administrativa e financeira, os serviços e fundos autónomos e a segurança social;

Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 2.º da LEO, na redação da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, consideram-se integradas no setor público administrativo, também, as entidades que, independentemente da sua natureza e forma, tenham sido incluídas em cada subsetor no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, referentes ao ano anterior ao da apresentação do Orçamento;

Considerando que as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) a que se refere o n.º 5 do artigo 2.º da LEO integram o Orçamento do Estado, tendo sido listadas no Anexo I da Circular, série A, n.º 1367, de 1 de agosto de 2011, da Direção-Geral do Orçamento, encontrando-se integradas no mesmo Orçamento do Estado como serviços e fundos autónomos nos respetivos ministérios de tutela e considerando que a Infraestruturas de Portugal, S. A., é uma das EPR que consta dessa lista;

Considerando que o Seguro de Acidentes de Trabalho para o Triénio 2018-2020, tem execução financeira plurianual, torna-se necessário a autorização dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas;

Considerando que o procedimento em causa tem um preço base de € 2.200.000,00.

Considerando que o início desta prestação de serviços ainda não ocorreu e que o prazo de execução abrange os anos de 2018 a 2020.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto nos termos conjugados da alínea a) do artigo n.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelos Secretários de Estado do Orçamento e das Infraestruturas, ao abrigo da competência delegada, o seguinte:

1 — Fica a Infraestruturas de Portugal, S. A., autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato do Seguro de Acidentes de Trabalho para o Triénio 2018-2020, até ao montante global de € 2.200.000,00.

2 — Os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato acima referido são repartidos da seguinte forma, não podendo exceder estes valores em cada ano económico:

- a) Em 2018: € 733.333,33;
- b) Em 2019: € 733.333,33;
- c) Em 2020: € 733.333,33.

3 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os encargos financeiros resultantes da execução do presente diploma serão satisfeitos por verbas adequadas do orçamento da Infraestruturas de Portugal, S. A.

5 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

20 de setembro de 2017. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 25 de setembro de 2017. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins*.

310804625

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Declaração de Retificação n.º 670/2017

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo retifica-se o Despacho n.º 7704/2017 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 1 de setembro de 2017.

Assim onde se lê «4 — O presente despacho entra em vigor na data da sua publicação.» deve ler-se «4 — O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.».

20 de setembro de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

310797563

Despacho n.º 8646/2017

Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, mormente o artigo 22.º

relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro;

Considerando a necessidade de assegurar o cumprimento das atribuições cometidas à ANPC, garantindo o prosseguimento do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC;

Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, determino o seguinte:

1 — Por proposta do Comandante Operacional Nacional, Rui dos Santos Martins Esteves, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de Adjunto Operacional Nacional, do Comando Nacional de Operações de Socorro, o licenciado Manuel João Pires Cordeiro.

2 — O designado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo, de acordo com a nota curricular anexa.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de agosto de 2017.

17 de agosto de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

Nota curricular

I. Dados Pessoais:

Nome: Manuel João Pires Cordeiro;
Data de nascimento: 29 de fevereiro de 1968.

II. Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia da Proteção Civil, Instituto Superior de Educação e Ciências;

Bacharelato em Engenharia Civil, Escola Superior de Tecnologia de Tomar;

Curso Técnico Transportes, Escola Superior Politécnica do Exército;

Curso de Promoção a Capitão, Escola Prática dos Serviços;

Curso de Promoção a Oficial Superior, Instituto Estudos Superior Militar.

III. Formação complementar:

Curso Operações, Informações e Reconhecimento, Lamego;

Curso Defesa Nuclear Biológica e Química, ministrado na Escola Prática de Engenharia, Tancos;

Curso de Formador de Mercadorias Perigosas (Curso Base, Curso de Especialização em Cisternas e Explosivos), certificado pela ANTRAM;

Curso de Segurança Militar, Centro de Segurança Militar e Informações do Exército;

Curso de Formador de Proteção Ambiental, ministrado na Escola prática de Engenharia;

Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, ministrado pelo IFP;

Curso de Formação e especialização em Estações de Tratamento de Águas Residuais, certificado pelo ISQ e ministrado pela AGS.

IV. Experiência Profissional mais relevante:

Major Técnico de Transportes tendo sido promovido ao atual posto em 1 de outubro de 2016. Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias Unidades militares, nomeadamente no Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Mecanizada, onde desempenhou diversas funções, desde Comandante da Secção Morteiros, Comandante da Esquadra de Exploração do Pelotão de Reconhecimento e como elemento do Estado-Maior na área das Transmissões. Na Escola Prática do Serviço de Transportes Comandou o Pelotão de Apoio à Instrução e Comandante da Companhia de Instrução, foi formador de Transporte de Mercadorias Perigosas por estrada e formador de diversas matérias na área do Serviço de Transportes. No Batalhão de Comando e Serviços foi Comandante da Companhia de Serviços e formador de vários Cursos de Operador de Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR).

Posteriormente, foi nomeado por escolha como Comandante da Companhia de Comando e Serviços da Brigada Mecanizada.

No Campo Militar de Santa Margarida desempenhou as funções no Estado-Maior como Oficial de Logística.

Cumpriu duas Comissões de Serviço, no Teatro de Operações do Kosovo, como Comandante da Secção de Transporte e no Teatro de Operações do Afeganistão como Oficial de Logística da Unidade de Apoio do 7.º Contingente Nacional/International Security Assistance Force (ISAF).

Desempenhou ainda:

Delegado do Núcleo de Proteção Ambiental da Unidade de Apoio da Brigada Mecanizada (Unidade militar certificada, Ambientalmente) de 11/02/2008 a 03/01/2010.

Coordenador e Oficial de Segurança e Prevenção de Acidentes da Comissão de Investigação de Acidentes da UnAp/BrigMec, de 01/01/2010 a 07/09/2010.

V. Louvores e Condecorações:

Da sua folha de serviço constam 8 Louvores, 1 concedido por General CEME, 4 por Major-General e 3 por Coronel.

É condecorado com a medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe, a Medalha D. Afonso Henriques de 3.ª Classe, a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, a Medalha Comemorativa das Comissões de Serviços Especiais das Forças Armadas e Medalha NATO «NÃO ARTIGO 5.º»

310797693

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Despacho (extrato) n.º 8647/2017

Por despacho de 07-02-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Diretor do Departamento de Armas e Explosivos da Direção Nacional, o Intendente M/100114 — Pedro Nuno Resende Melo Coelho de Moura, graduado na categoria de Superintendente, com efeitos à data do despacho, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 4 do artigo 65.º, artigo 58.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PSP.

05-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
310767139

Despacho (extrato) n.º 8648/2017

Por despacho de 07-02-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Chefe da Divisão de Prevenção Pública e Proximidade do Departamento de Operações da Direção Nacional, o Subintendente M/100222 — Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote, graduado na categoria de Intendente, com efeitos à data do despacho, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 4 do artigo 65.º e n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PSP.

05-09-2017.—ODiretordoDRH, *Dr. ManuelJoãoAlves*, TécnicoSuperior.
310767106

Despacho (extrato) n.º 8649/2017

Por despacho de 01-06-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Diretor Adjunto do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o Superintendente M/100107 — Luis Miguel Fiães Fernandes, com efeitos à data do despacho, nos termos do artigo 4.º, 5.º e 7.º do Estatuto do ISCPSI e quadro I do anexo I a que se referem os artigos 62.º e 79.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro.

05-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
310767122

Despacho (extrato) n.º 8650/2017

Por despacho de 07-02-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Diretor do Departamento de Formação da Direção Nacional, o Intendente M/100123 — Paulo Jorge da Silva Onofre, graduado na categoria de Superintendente, com efeitos à data do despacho, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 4 do artigo 65.º, artigo 58.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PSP.

05-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
310767171

Despacho (extrato) n.º 8651/2017

Por despacho de 07-02-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeada, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Chefe da Divisão de Segurança e Gestão de Informação do Departamento de Informações Policiais da Direção Nacional, a Subintendente M/146193 — Vanessa Ana Gabriel de Almeida da Silva Reis, graduada na categoria de Intendente, com efeitos à data do despacho, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 4 do artigo 65.º, n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PSP.

05-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
310767114

Despacho (extrato) n.º 8652/2017

Por despacho de 24-11-2016, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é renovada a comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Chefe da Divisão de Equipamentos, do Departamento de Logística da Direção Nacional, ao Técnico Superior M/002253 — António Vaz Carreto, com efeitos a 12/01/2017, nos termos das normas legais consignadas no artigo 59.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PSP.

05-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
310767188

Despacho (extrato) n.º 8653/2017

Por despacho de S. Ex.ª o Diretor Nacional Adjunto/UORH, datado de 03/07/2017, foi concedida a exoneração, a pedido, ao Agente M/153716 — Júlio Antunes Marques, tornando-se efetiva a cessação do vínculo à Administração Pública, com efeitos a 11/08/2017.

05-09-2017.—ODiretordoDRH, *Dr. ManuelJoãoAlves*, TécnicoSuperior.
310767139

Despacho (extrato) n.º 8654/2017

Por despacho de 31-03-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Diretor de Ensino do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o Intendente M/100166 — Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras, graduado na categoria de Superintendente com efeitos à data do despacho, nos termos do artigo 4.º e artigo 10.º do Estatuto do ISCPSI e quadro I do anexo I a que se referem os artigos 62.º e 79.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro.

05-09-2017.—ODiretordoDRH, *Dr. ManuelJoãoAlves*, TécnicoSuperior.
310767155

Despacho (extrato) n.º 8655/2017

Por despacho de 07-02-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Diretor do Departamento de Logística da Direção Nacional, o Intendente M/100132 — Manuel Domingos Antunes Dias, graduado na categoria de Superintendente, com efeitos à data do despacho, nos termos do artigo 58.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PSP.

05-09-2017.—ODiretordoDRH, *Dr. ManuelJoãoAlves*, TécnicoSuperior.
310767147

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 11598/2017

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 06.07.2017, foi designada em regime de substituição, para o cargo de Diretor de Serviços de Identificação Criminal, da Direção-Geral da Administração da Justiça, a Licenciada Maria da Luz Rodrigues do Ó, técnica superior a exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe de Divisão de Análise e Gestão dos Registos, desta Direção-Geral, ao abrigo do disposto no